

A ABSTINÊNCIA NÃO EXISTE

Autor: Henri Kaufmanner

Psicanalista membro da EBP/AMP, Psiquiatra, Mestre em Psicologia pela UFMG

E-mail: kaufmanner@gmail.com

Resumo:

O autor do presente artigo desenvolve a ideia de que uma moral busca controlar a angústia diante do imponderável do real. O Bem preconizado no Imperativo Categórico de Kant seria uma tentativa de regular esse real num mundo moderno que já vislumbrava a inexistência do Outro. Nessa mesma linha, o imperativo da abstinência sustenta-se na busca de um Bem na moral contemporânea. Seguindo os passos de Lacan, o autor defende que, no campo pulsional, não existe abstinência, havendo apenas variações no modo de gozo. Sendo assim, para a psicanálise, que aposta no inconsciente e no *sinthoma*, as invenções de cada sujeito revelam um outro caminho, sempre singular e que não busca o Bem, não se submetendo a uma moral.

Palavras-chave: abstinência, moral, bem, pulsão, *sinthoma*.

ABSTINENCE DOES NOT EXIST

Abstract:

The author develops the idea that any moral seeks to control the anguish produced by the meeting with the imponderable real. The Good recommended in Kant's Categorical Imperative would be an attempt to regulate that real in a modern world, which had already glimpsed the absence of the Other. In this same line, the imperative of abstinence is sustained by the search of Good in contemporary moral. Following Lacan steps, the autor says that in the Drive field, abstinence does not exist; we only find variations in the way of jouissance. Psychoanalysis is a bet in the unconscious and in the *sinthome*. The inventions of each subject do not seek the Good, and also do not submit to a moral. They reveal another way, always unique to deal with the imponderable real.

Keywords: abstinence, moral, good, drive, *sinthome*.

A abstinência não existe

Henri Kaufmanner

“O reino das lágrimas acabou. As favelas em breve serão apenas uma memória. Nós transformaremos nossas prisões em fábricas e nossas cadeias em armazéns e silos. Os homens vão andar eretos agora, as mulheres vão sorrir, e as crianças vão rir. O Inferno restará para ser alugado.” (Pastor Billy Sunday)

Foi com essas palavras do Pastor Billy Sunday, proferidas para saudar a proibição de bebidas alcoólicas nos anos 1920, nos Estados Unidos, que Milton Friedman iniciou seu artigo, na revista **Newsweek**, em 1º de maio de 1972.¹ Nesse artigo, Friedman, que seria posteriormente premiado com o Nobel de Economia e considerado o pai do liberalismo econômico, defendia abertamente a liberação do uso das drogas. Para ele, as palavras do pastor serviam para ressaltar o tamanho do equívoco que a política de proibição ao consumo de drogas insistia em repetir. Como liberal, ele interrogava se era justificável que o Estado gastasse tanto para impedir que alguém que quisesse se matar assim o fizesse. Ele alertava ainda para os danos causados pela criminalidade ligada ao consumo e ao tráfico, bem como para o aumento do consumo, por razões econômicas, de drogas de pior qualidade, porém mais baratas.

A argumentação de Friedman sustenta-se num modelo político ancorado na ética do pensamento liberal. Nos últimos tempos, acostumamo-nos a acompanhar as razões e a pragmática do liberalismo econômico, que influenciou diretamente nossas vidas, pelo menos até a recente crise econômica desencadeada pelo estouro da bolha da especulação imobiliária nesses mesmos Estados Unidos. Se Friedman almejava algum Bem em seu posicionamento, este estava diretamente relacionado ao bom andamento da economia. Não desconhecemos que existe um real em jogo na economia. Comumente o escutamos ser nomeado como o Senhor Mercado.

Lacan reconhecia que toda Moral deve ser buscada, “em seu princípio e em sua proveniência, do lado do real”.² Contudo, e mais especialmente na política, ressaltava, isso não quer dizer que essa moral deva ser procurada do lado do Mercado Comum. Tal ressalva me parece apontar, com clareza, que, mesmo diante das políticas democráticas de inclusão social, por mais que nós, psicanalistas, possamos, em alguns de nossos posicionamentos, em alguns momentos, nos

aliarmos às determinações das políticas públicas de saúde, o real em jogo para a psicanálise é outro. O real da psicanálise é pulsional, e o inconsciente é a política.

Começemos com essa premissa, pois ela nos permite entender a afirmação lacaniana de que a lei moral é um mito, e que, se ela provém do real, ela o faz elidindo o sujeito. Veremos que não foi por acaso que, para ir mais além, para dar conta dessa elisão, Lacan precisou recorrer a Sade. Era fundamental, em seu pensamento, desvelar através de Sade o que se escondia por detrás do imperativo categórico kantiano.

Em seu seminário sobre a ética, Lacan ocupou-se em nos mostrar a articulação do desejo com a lei e como esta última era responsável pela consistência lógica da Coisa, *Das Ding*. É interessante observar que, a esse respeito, por mais que o desenvolvimento das ideias de Lacan, que se sucederiam nos anos vindouros, viessem a produzir importantes desdobramentos a partir do avanço de suas elaborações sobre o objeto, o gozo e o supereu, no **Seminário 7**, ele insistia em um ponto que se manteria, pelo menos em sua estrutura fundamental, inquestionável. Trata-se da afirmação de que a relação do sujeito com o Bem se faz sempre sustentada em uma mentira. Não seria possível uma aproximação direta com *Das Ding*, esse Bem almejado, e, por que não dizer, sendo que é o próprio Lacan quem o faz, seria impossível aproximar-se do objeto bom. Uma aproximação maior revelaria a dimensão de objeto mau que a distância não permitiria vislumbrar. Creio que podemos, a propósito de nosso tema, verificar que já se revela ali um “quê” de *Pharmakon* em *Das Ding*.

Para nos falar dessa mentira, Lacan recorre inicialmente ao sintoma histérico, mais especificamente ao caso Emma, presente no “Projeto para uma Psicologia Científica”, de Freud. Emma, vocês devem lembrar-se, desenvolve uma fobia que a impede de sair de casa, depois de uma visita que fez a uma mercearia para fazer algumas compras, quando tinha em torno de 12 anos. Num primeiro momento, o que parece incomodá-la é o desdém despertado por suas vestes, de que foi alvo nessa pequena loja, desdém revelado por certo sorriso que elas teriam provocado naqueles que lá se encontravam. Contudo, a escuta de Freud convida Emma a se lembrar de uma cena anterior, acontecida aos 8 anos de idade. Nesta, ela vai a uma pequena loja, onde sofre, digamos, um pequeno assédio sexual, um toque em seu corpo, pelo senhor que lá trabalhava e que lhe provoca alguma excitação. É, portanto, essa excitação, agora ressignificada aos 12 anos, que provoca o recalque, produzindo a mentira de seu sintoma. Seu sintoma, sua *proton pseudos*, lembra

Lacan, é a única maneira pela qual ela pode formular o que seria mau em *Das Ding*. A verdade de seu sintoma, aquilo que dizia respeito a seu gozo, quedava-se, portanto, escondido, sob a mentira do desalinho de suas vestes.

Por esse caminho, acredito, podemos apreender os esforços de Lacan para nos mostrar que, para a psicanálise, pelo menos naquele momento, no **Seminário 7**, o imperativo categórico “Faz de tal modo que a máxima de tua ação possa ser tomada como universal”, ou, como prefere Lacan: “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer como princípio de uma legislação que possa valer para todos”, sustenta-se numa mentira. Mais além desse Bem, digamos, há um Mau, e a Filosofia da Alcova sadiana é o recurso utilizado por Lacan para desvelá-lo.

O mito da lei moral seria, portanto, a estratégia para nos aliviar da angústia produzida pelo encontro com o objeto lá onde este deveria faltar. No seminário sobre a angústia, a lei moral aparece como um mito que nos serve como uma defesa diante da angústia. A formalização do *objeto a*, podemos então perceber, revela algo a mais sobre esse mau de *Das Ding*.

Embora o sintoma de Emma possa ser enquadrado na universal fóbica, ele diz de sua relação singular com o inconsciente, e a sua presença produz um afastamento, uma aparente abstinência, do objeto em jogo em seu gozo. Sabemos, contudo, e esta é a lógica do sintoma na concepção freudiana, que algo do gozo se mantém no sintoma, que o afastamento é efeito de uma mentira, e que a abstinência é, na verdade, uma mudança na modalidade do gozo. Afinal, essa é exatamente a função estrutural do sintoma em Freud, ou seja, a solução de compromisso que o constitui e o mantém.

Por meio de sua relação com o inconsciente, Emma sabia fazer com essa excitação que tomava conta de seu corpo, sendo esta regulada em seu excesso pelo recalque.

Do ponto de vista pulsional, não há abstinência. Esse é um axioma de grande importância, que já se apresentava em Freud e que vai sendo confirmado a cada nova torção produzida pela evolução do ensino de Lacan. O gozo de Emma mantém-se em seu sintoma, e a dimensão reguladora da lei moral é um semblante com o qual ela, uma histórica do século XIX, sabia muito bem como operar. Emma podia fazer uso dos semblantes do pai, articulando seu gozo à lei edípica, definindo assim um campo de alteridade para *Das Ding*. A mentira do inconsciente instrumentalizava Emma.

A Crítica da Razão Prática, ao que parece, e essa era a tese de Lacan, foi a resposta de Kant à constatação de que o real não era mais incorruptível. O avanço da ciência, e já particularmente naquele tempo, da física newtoniana, inaugurava uma realidade contingente, que exigia o estabelecimento de uma moral absolutamente desgarrada dos objetos patológicos. Era necessária, para Kant, a sustentação em um Bem Supremo. Não era mais possível se organizar em torno de uma realidade que se orientava na consistência daquilo que sempre retornava ao mesmo lugar. O Outro, não mais se repetindo na regularidade com que se apresentava até então, não mais aliviaria os sujeitos do desvario do gozo.

O desamparo diante da inexistência desse Outro é a marca de nosso tempo. Um tempo que não se opera mais na modulação da verdade e da mentira. A realidade contemporânea orienta-se pela temporalidade dos *gadgets* oferecidos pela produtividade capitalista aliada à tecnologia e que, de maneira cada vez mais rápida e insidiosa, entram no campo de nossas vidas. Nessa temporalidade, não há mais espaço para a topologia de *Das Ding*. O mais gozar, como o nome lacaniano para a renúncia pulsional freudiana, combina mais com as ofertas do tempo da mania em que vivemos, em que o sujeito triunfa sobre o objeto. A dupla orientação que Lacan apontava na relação do sujeito com *Das Ding* não encontra mais no semblante do pai um tratamento moral. O supereu paterno não mais modera, como anteriormente, a urgência da demanda pulsional, e o que é da pulsão que poderia sustentar-se com renúncia não mais retorna sob o manto do recalque, mas pela voz vociferante e imperativa do supereu materno. É essa feminização dos corpos, efeito de *lalangue* que cada sujeito, em sua singularidade, deverá modular.

Ao psicanalista cabe acolher e propiciar que esse tratamento instaurado no campo da pulsão de morte possa se realizar, e que cada sujeito encontre em sua relação com o real, sua política, quer seja uma pequena invenção, quer seja um *sinthoma* na perspectiva lacaniana, ou, quem sabe, uma redescoberta nos desfiladeiros da mentira. O importante é que essa política tenha, na relação de cada sujeito com o real pelo qual se vê afetado, o lastro ético fundamental para a continência de seu desvario, e não apenas a submissão a uma nova moral.

Referências:

LACAN, J. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959/1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 396p.

LACAN, J. **O seminário, livro 10: a angústia (1962/1963)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 366p.

¹ FRIEDMAN, M. **Prohibition and drugs (Maio, 1972)**. Disponível em: www.druglibrary.org/special/friedman/prohibition_and_drugs.htm. Acesso em: 05 mar. 2011.

² LACAN, J. **O seminário, livro 10: a angústia (1962/1963)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.164.